

As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de *habitus* e *campo* em Pierre Bourdieu

Alexandre Pacheco¹ - PPG- UNESP/Araraquara

Quando começamos a elaborar nosso projeto de doutorado a respeito da problemática de uma análise social da literatura de Rubem Fonseca, percebemos que seria necessário realizarmos uma investigação sobre a gênese do conceito de *representação*, justamente por termos em mente que por ser uma noção polêmica nas ciências do homem, não poderia em nosso trabalho ser utilizado de maneira vaga, imprecisa.

Para isso, mostraremos aqui, que a adoção de tal conceito deve ser precedida tanto do entendimento de como se constituiu a partir das relações da história cultural francesa junto à sociologia de Pierre Bourdieu, como da exposição das funções e condições de aplicabilidade que surgiram a partir de tais relações².

A aplicação das noções de *habitus* e *campo*, juntamente com certas práticas da sociologia do saber discutidas por Pierre Bourdieu, guiarão nossas pretensões metodológicas para a análise de como foi construído o conceito que ora nos interessa em Roger Chartier³.

Ao discutir os pressupostos de sua história cultural na introdução de sua obra *A História Cultural*: entre prática e representações⁴, Roger Chartier procuraria se colocar nos anos de 1980, em uma terceira frente de batalha para superação das lutas intelectuais que se travavam desde os anos de 1960 e 1970, entre as teorias e métodos estruturalistas e subjetivistas dentro da história cultural francesa.

Para isso, realizaria, passo a passo, a elaboração de uma sociologia histórica das práticas culturais fruto de sua escolha das noções de *habitus*⁵ e *campo*⁶ em Pierre Bourdieu

como instrumentos teóricos-metodológicos necessários ao estabelecimento de relações objetivas da história cultural francesa com outras disciplinas como a antropologia, a história literária, a filosofia.

Como o próprio autor diz na introdução de sua obra:

(...) Ora, o presente livro pretende ilustrar (discretamente, atendendo que não é esse o seu objetivo) uma outra maneira de pensar as evoluções e oposições intelectuais. E deseja fazê-lo traçando as determinações objectivas, expressas nos habitus disciplinares, que regularam a relação da história cultural francesa com outros campos do saber, próximos mas muitas vezes ignorados: a história literária, a epistemologia das ciências, a filosofia⁷.

Nestes termos, a adoção da noção de *habitus* enquanto um conhecimento adquirido, uma disposição incorporada, revelaria uma primeira aproximação do autor com Pierre Bourdieu dentro dos parâmetros de nossa discussão, devido justamente às possibilidades que o sociólogo reverteria às intenções do historiador de construir através de uma reunião de saberes a possibilidade de superação da história cultura nos moldes até então concebida.

Bourdieu se reportaria da seguinte maneira em relação às vantagens que a noção de *habitus* reverteria às ciências sociais:

(...) Uma das inúmeras razões da particular dificuldade das ciências sociais está no facto de exigirem união de uma grande ambição com uma extrema humildade; humildade necessária para conseguir dominar praticamente todo o conjunto dos conhecimentos adquiridos, dispersos e pouco formalizados, da disciplina, incorporando-o, como modo de habitus (apesar da falsa originalidade da arrogância ou da ignorância continuarem a ter crédito); ambição indispensável para tentar totalizar numa prática realmente cumulativa o conjunto dos saberes e do saber-fazer acumulados em todos os actos de conhecimento – e por meio deles – realizado pelo colégio dos melhores, no passado e no presente⁸.

Dentro desta nova perspectiva de construção a partir da relação com outros campos do saber, a história cultural francesa passaria a possuir novas funções e condições de

aplicabilidade enquanto teoria do sistema social⁹ que possibilitaria uma nova maneira de encarar seus objetos. Pois, a partir de agora, deveria ser capaz de identificar também em forma de *habitus* o modo como em momentos e lugares diferentes determinadas realidades sociais foram constituídas, pensadas, dadas a uma leitura, o que a faria, nesse sentido, percorrer caminhos diferenciados.

Em um primeiro momento, aquele que se reportaria às classificações, delimitações e divisões que realizariam um inventário do mundo social enquanto categorias essenciais de uma nova apreensão e análise do real, pois, de acordo com Chartier, as variáveis conforme as classes sociais ou os meios intelectuais, produzem-se a partir de disposições estáveis e partilhadas que são próprias do grupo. Tais esquemas intelectuais incorporados dessa maneira seriam capazes de criar figuras ou representações que possibilitariam um sentido ao presente, uma inteligibilidade ao outro, bem como a decifração de um espaço.

Dessa forma, tal caminho reverteria, então, a Chartier a noção de representação enquanto instrumento teórico-metodológico de análise da história cultural.

Segundo o próprio autor:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas - , muito pelo

*contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais*¹⁰.

Ao afirmar as representações sociais dessa maneira Chartier elaboraria a idéia de representação enquanto instrumento teórico-metodológico capaz de apreender em um campo histórico particular, a internalização simbólica das lutas pelo poder e dominação entre os grupos, ou entre os indivíduos representantes de tais grupos, estruturadas a partir de relações externas objetivas entre os mesmos e que existem independentemente das consciências e vontades individuais que as produziram dentro de determinado campo social. Ao mesmo tempo, que, tal conceito, seria capaz também de possuir as condições de demonstrar que a exteriorização da internalização simbólica de tais lutas seriam capazes de comandar atos e dessa forma possuir importância como algo decisivo dentro das estruturas de relações objetivas de um campo social histórico, tanto quanto os confrontos que são efetivamente materializados entre os grupos.

Teríamos, então, que, a aplicação da noção de representação assim constituída, apreenderia - enquanto instrumento mediador teórico-metodológico - a partir do conceito de *campo* as oposições entre as interpretações internas dos campos de produção intelectual que ignoravam as determinações externas e que se faziam presentes nos objetos simbólicos produzidos pelos mesmos; bem como as explicações externas que ignoravam como as determinações simbólicas internas a um determinado campo de produção eram capazes de se fazerem presentes enquanto manifestações expressivas de um agente ou grupo de agentes nas relações externas a esse mesmo campo. Dessa forma, Chartier entenderia a importância de apreender as representações a partir da noção de campo assim como definida por Bourdieu:

A mesma atitude esteve na origem do emprego do conceito de campo, (...) como recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa (...) e que encobria o que as duas correntes tinham de comum,

a saber, o facto de ignorarem o campo de produção como espaço social de relações objectivas. (...) Assim, para construir realmente a noção de campo, foi preciso passar para além da primeira tentativa de análise do “campo intelectual” como universo relativamente autônomo de relações específicas: com efeito, as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual – sobretudo as interações entre os autores ou entre os autores e os editores – tinham disfarçado as relações objectivas entre as posições ocupadas por esses agentes, que determinam a forma de tais interações.(...) Compreender a génese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (...) a ciência deve apreender a (...) necessidade interna desse objecto maravilhoso que parece subtrair-se à contingência e ao acidente, em suma tornar-se necessário ele próprio e necessitar ao mesmo tempo do seu referente; necessidade externa do encontro entre uma trajetória e um campo, entre uma pulsão expressiva e um espaço dos possíveis expressivos, que faz com que a obra, ao realizar as duas histórias de que ela é produto, as supere¹¹.

Ao ter se colocado como o agente consciente que instauraria uma reapropriação das necessidades inscritas no campo da história cultural francesa, o autor encontraria nela a possibilidade de obter um domínio teórico provindo de suas condições históricas e que proporcionariam o surgimento dos conceitos até aqui tratados. E devido às possibilidades de significação e funcionamento dos mesmos, podemos dizer que se fizeram como essenciais para o avanço da história cultural.

A análise sociológica e histórica sobre a forma como Chartier construiu seus conceitos de representação, prática e apropriação, nos mostra que esse autor interiorizou de forma decisiva as noções de *habitus* e *campo*. Tanto do ponto de vista de elaboração dos conceitos, como para a construção da função e das condições de aplicabilidade dos mesmos enquanto instrumentos teórico-metodológicos de análise da história cultural. Neste contexto, o autor revelou-se consciente da não pretensão de fazer de tais esquemas, nem uma teoria acabada do conhecimento sobre tais conceitos, nem uma teoria histórica geral e universal de determinado sistema social¹².

¹ Professor efetivo de história da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo. Mestre em História Social e doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista - Campus Araraquara.

² BOURDIEU, Pierre. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 12 e 13.

³ A perspectiva de relação entre Roger Chartier e a obra de Pierre Bourdieu se estabeleceu a partir da própria confissão que esse historiador fez de sua ligação com o trabalho do sociólogo. CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, s/d, p. 17.

⁴ Idem, p. 13, 14 e 15.

⁵ Em linhas gerais Bourdieu assim constrói essa noção: (...) *habitus, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o hábitus, a hexis, indica a disposição incorporada, quase postural (...) de um agente em ação...* BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 61.

⁶ Já com relação à essa noção: *A mesma atitude esteve na origem do emprego do conceito de campo, (...) como recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa (...) e que encobria o que as duas correntes tinham de comum, a saber, o facto de ignorarem o campo de produção como espaço social de relações objetivas. p.64. Compreender a génese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir*. Idem, 2002, p. 64 e 69.

⁷ CHARTIER, op. cit., p.16.

⁸ BOURDIEU, op. cit., p.64.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 13.

¹⁰ CHARTIER, op. cit., p.17.

¹¹ BOURDIEU, op. cit., p.64, 66, 69 e 70.

¹² BOURDIEU, Op. cit., p. 43 e 44.